

RODA DE CONVERSA - AVALIAÇÃO EM SAÚDE

QUALIDADE E ACESSO À ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: ANÁLISE DOS CRITÉRIOS A PARTIR DA REGULAÇÃO EM SAÚDE NUM MUNICÍPIO CATARINENSE

João Fillipe Horr (jf.horr@gmail.com)

Pablo Sebastian Velho (psvelho@univali.br)

A pandemia da COVID-19 intensificou as demandas de cuidado ao sofrimento psíquico, notadamente o aumento de quadros de ansiedade, depressão e adoecimentos relacionados ao estresse. Nesse sentido, a ampliação da assistência psicológica na atenção primária reforça seu papel estratégico, preventivo e promotor do cuidado, especialmente na saúde mental. Este estudo buscou avaliar a qualidade e o acesso à assistência psicológica num município do litoral catarinense, a partir dos atendimentos e encaminhamentos realizados pelas equipes da saúde da família. Utilizou-se da matriz teórica donabediana e da determinação social da saúde mental, considerando as dimensões de estrutura (cobertura territorial, disponibilidade de recursos e modalidades terapêuticas) e processo (priorização, tipo de intervenção, articulação intersetorial e modalidades de acesso). Realizou-se um estudo transversal e documental de 1.234 encaminhamentos no sistema de Regulação em Saúde. Como instrumento, construiu-se um formulário de análise de encaminhamentos em saúde mental, informando variáveis sociodemográficas, ocupacionais, clínicas e de fatores de risco e proteção psicossociais e comunitários, que acompanhou e informou os dados entre abril de 2023 a janeiro de 2024. Foram aplicadas análises descritivas com frequências absolutas e relativas, seguindo

as diretrizes STROBE para estudos observacionais, assegurando transparência e reprodutibilidade. Identificou-se o predomínio do público feminino (72,4%) e concentração de jovens adultos (18-29 anos, 24,6%). Os diagnósticos prevalentes foram ansiedade (17%) e depressão (11,5%). A cobertura territorial foi plena (22 Unidades Básicas de Saúde), sendo que 17,1% dos casos foram considerados prioritários e urgentes. Avaliou-se a baixa articulação intersetorial (10,1%), a baixa presença de grupos terapêuticos (2,4%) e documentação de fatores protetivos psicossociais (7,5%), como acesso a lazer. Cerca de 69,3% dos casos foi priorizado a terapêutica medicamentosa. Entre fatores de risco, indicou-se o uso de substâncias psicoativas (36,3%), crises decorrentes de luto (37,4%) e violência doméstica (10,1%) e sexual (9%). Não foram documentadas fatores de risco comunitários, como pobreza, acesso a serviços e desigualdade social, bem como estratégias de acompanhamento dos desfechos terapêuticos, com ausência de registros de interconsultas, matriciamento e avaliação dos casos.

Palavras-chave: atenção primária à saúde; serviços de saúde mental; qualidade da assistência à saúde; acesso aos serviços de saúde.